

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Graduação em Ciências Econômicas

MARIANA LARA ARAÚJO GUIMARÃES
Matricula 11321ECO027.

UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA SOBRE A REVISÃO NA POLÍTICA DE
CONTEÚDO LOCAL PARA O SETOR PETROLÍFERO

Uberlândia dezembro de 2017.
Minas Gerais.

MARIANA LARA ARAÚJO GUIMARÃES*
Matricula 11321ECO027.

UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA SOBRE A REVISÃO NA POLÍTICA DE
CONTEÚDO LOCAL

Monografia para o curso de Ciências
Econômicas, da Universidade Federal de
Uberlândia como requisito parcial para
obtenção de título de Bacharel em Ciências
Econômicas.

Professor Orientador: Cássio Garcia Ribeiro

* Graduanda em Ciências Econômicas pelo Instituto de Economia e Relações Internacionais na Universidade Federal de Uberlândia. Cel.: (34) 99884-5919. E-mail: mariana_lara_araujo@hotmail.com.

MARIANA LARA ARAUJO GUIMARÃES
Matricula 11321ECO027.

UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA SOBRE A REVISÃO NA POLÍTICA DE
CONTEÚDO LOCAL

Artigo final, apresentado a Universidade Federal de Uberlândia, como parte das exigências para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Uberlândia, 19 de dezembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor: Cássio Garcia Ribeiro
(Orientador)

Professora Doutora: Ana Paula Macedo de Avellar
(Examinadora)

Professora Doutora: Michele Polline Veríssimo
(Examinadora)

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho primeiramente à Deus; sem as Suas bênçãos e a Sua direção eu sequer teria iniciado minha trajetória em uma Universidade. Sou grata por sua Palavra que me aviva e por suas Promessas que me enchem de esperança e certeza de que o tempo de se cumprirem está mais perto do que nunca. Que toda Glória seja dada a Ele.

Agradeço à minha família pelo suporte e por caminharmos juntos ao longo desses anos. Por chorarmos juntos e também por sorrirmos e rirmos juntos. Por ter uma mãe-leoa Cláudia que se desdobra em 1001 partes a fim de me fazer feliz e confortável. Nem se eu vivesse 500 anos conseguiria retribuir. Obrigada também à tia Marly, que em meu coração plantou a semente.

Sou grata também ao meu Cremoso Jhonata. Por toda sua paciência e educação, sem deixar de ser essa pessoa doce e cativante, além de sua ajuda inestimável ao longo do curso e no final deste. Espero no mínimo uma carreira de sucesso vinda para você.

Também sou grata pelos meus amigos lindos e engraçados que me ensinaram a levar tudo com leveza. Por comprarem a minha briga, por me estenderem uma taça de açaí no momento certo, por me puxarem a orelha, por rirmos juntos e nos desesperamos juntos as vésperas da prova. Obrigada Pâmela, Morgane, Raphael, Celina, Lívia, Fernanda. Todos os anos de cursos valeram a pena juntos. Vocês são lindos e cheirosos.

Por fim agradeço ao meu orientador Cássio Garcia. Sua paciência e entendimento me alçaram na conquista desta monografia, sempre zeloso e atencioso ao que estou fazendo. Um verdadeiro professor.

DEDICATÓRIA

Ao autor da Verdade, fonte de Conhecimento e Sabedoria.

A minha avó Maria. Pilar eterno no coração de toda família.

RESUMO

O setor de petróleo e gás natural no Brasil é uma peça importante para economia no país devido à sua importância econômica e política. Atualmente, o crescimento do setor, ocasionado por meio da descoberta da camada de pré-sal, traz grandes oportunidades econômicas para o país e, principalmente, para os setores da indústria ligados ao petróleo e gás natural. Mas para que estas oportunidades se concretizem é necessária a criação de políticas industriais capazes de fomentar o desenvolvimento tanto do setor em si como dos demais setores relacionados. Para tal este artigo se dispõe a estudar a política de Conteúdo Local e sua importância para o setor de petróleo e gás natural, assim como os demais setores da indústria atrelados a estes. Enfocando a revisão no Conteúdo Local. Este trabalho se apoia em pesquisa bibliográfica e documental, além de análise e interpretação de dados.

Palavras-chave: petróleo, pré-sal, Conteúdo Local.

ABSTRACT

The sector of oil and gas on Brazil is an important to economy on this country because the importance economic and politic has true. Currently, the growth of sector caused by Discovery of pre-salt brings greats economics opportunities to country and, mainly, to others economics sectors of industry related to petroleum and natural gas. However, to this opportunities become true is required the creation of industrial policy able to foment the development. As this article is available to study the local content policy and his importance to the oil sector, as the others sector of industry related. Focusing the actually revision of local content policy to this. This work works with bibliographic research and documental, beyond of analyses and data interpretation.

Key words: petroleum, oil, pre-salt, local content policy.

SUMÁRIO

Resumo	v
Abstract.....	vi
Lista de Siglas.....	viii
Lista de Gráficos.....	ix
Lista de Tabelas	x
1 Introdução.....	11
2 Política Industrial	12
2.1 A lei do petróleo	14
2.2 Abertura do setor e manutenção do protagonismo da Petrobras.....	15
2.3 Pré-sal: potencialidades	18
3 A Política de Conteúdo Local: Motivações e Características	21
3.1 Política de Conteúdo Local e a importância os Fornecedores	24
4 A Revisão na Política de Conteúdo Local.....	26
4.1 Argumentos dos Críticos da Revisão na Política de Conteúdo Local	27
5 Conclusão	30
6 Bibliografia.....	31

LISTA DE SIGLAS

ABIMAQ – Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos
ANP – Agência Nacional do Petróleo
DNC – Departamento Nacional de Combustíveis
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MTE – Ministério do Trabalho e do Emprego
ONIP – Organização Nacional da Indústria do Petróleo
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PIA – Pesquisa Industrial Anual
PIB – Produto Interno Bruto
PPSA – Pré-sal Petróleo S. A.
PROMEF – Programa de Modernização e Expansão da Frota
PROMINP – Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural
RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais
SINAVAL – Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Evolução em percentual das empresas que atuam na produção e exploração de petróleo no Brasil de 2010-2016 (em percentual).	16
Gráfico 2–Projeção e evolução da frota de apoio marítimo à produção petrolífera no período 1975 – 2020	25
Gráfico 3 - Evolução das Receitas, Total de Empresas, Valor Bruto e Valor da Transformação Industrial (VBTI e VTI) em <i>valores reais</i> (2015 = 100) de 2002 até 2015 que executam exploração de petróleo e gás natural e serviços relacionados.	26
Gráfico 4 - Evolução na quantidade de funcionários e estabelecimentos que atuaram na construção de embarcações e estruturas flutuantes de 2008 até 2016.....	28

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Volume de petróleo produzido pelas concessionárias em território brasileiro 2010 até 2016 (em barris por dia).....	17
Tabela 2 - Planos de negócios da Petrobras: previsão de investimentos por áreas em bilhões de dólares para os próximos anos (2007 até 2016).	18
Tabela 3 - Reservas provadas nacionais de petróleo mundial no ano de 2007 em bilhões de barris de petróleo (com pré-sal).	19
Tabela 4 - Estimativo de produção de petróleo no Brasil (EPE 2011).	20

1 INTRODUÇÃO

O setor de petróleo no Brasil representa uma atividade extremamente importante para a economia e cadeia produtiva no país. Sua importância econômica para um país detentor e controlador de reservas se revela não somente na produção de combustíveis (gasolina, óleo diesel e querosene), mas também na grande gama de produtos industrializados que levam o petróleo como matéria prima de fabricação.

No Brasil houve um constante crescimento no setor associado ao descobrimento de petróleo e gás natural em suas bacias marítimas, representando oportunidades para economia e para os setores da indústria atrelados ao setor de petróleo e gás natural, além de situar o país no cenário internacional. Portanto, o petróleo e gás natural são considerados recursos estratégicos relevantes para o Brasil e os demais países detentores de reservas.

Baseada na importância do petróleo para as cadeias produtivas e consequentemente para o setor industrial é necessário à criação de políticas industriais para o desenvolvimento e estímulo do setor. Por isso este trabalho pretende responder a seguinte questão: quais os impactos na mudança da Política de Conteúdo Local no setor petrolífero brasileiro? Tem-se como hipótese que tal política contribui para desenvolver a atividade de pesquisa e promover o aumento da renda e emprego neste importante setor para a economia brasileira. Além disso, tais políticas contribuem para introdução de métodos produtivos mais eficientes, para uma melhor utilização dos recursos disponíveis e até mesmo propiciando a exploração de poços antes inviáveis.

Um dos pilares da política industrial brasileira na atualidade é a política de Conteúdo Local voltada para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo no país. Tal política tem como objetivo a promoção do desenvolvimento e o incremento da competitividade das empresas atuantes no setor de petróleo e gás natural, por meio de uma participação de investimentos nacionais aplicados à execução de determinadas atividades e serviços no setor.

Este artigo se dispõe a analisar a importância desta política e sua evolução (no intervalo 1999/2016) voltada para a capacitação da indústria nacional, em especial à indústria naval. Posteriormente apresenta a emblemática mudança nas exigências de Conteúdo Local para a exploração e produção do petróleo na camada de pré-sal.

Para a construção deste artigo fora utilizada pesquisa documental; por meio de documentos, foram examinados documentos pertencentes às leis, portarias e decretos, assim como artigos acadêmicos e relatórios dos principais órgãos públicos voltados ao setor de petróleo e gás natural. Além da utilização de pesquisa bibliográfica, como notícias vinculadas aos últimos acontecimentos no setor petrolífero, as falas de importantes colaboradores no setor, leitura de livros e artigos científicos, teses de dissertação entre outros.

A coleta, análise e interpretação dos dados apresentados no artigo tomam como base os relatórios da principal empresa ligada ao Estado responsável por atuar na exploração e produção de petróleo e gás natural, a Petrobras. Assim como relatórios de informações socioeconômicas atreladas ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com foco no Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) em conjunto com a Pesquisa Industrial Anual (PIA), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O trabalho se divide em cinco capítulos de análise e contextualização do conteúdo local. O início trará a discussão da Lei do Petróleo, seguida da apresentação dos leilões e rodadas pertencentes aos anos posteriores à elaboração do petróleo. Posteriormente pré-sal será apresentado e discutido, assim como suas potencialidades. Em seguida será tratado a política de Conteúdo Local, as motivações que levaram sua implantação; sua importância para alguns setores da economia (a indústria naval) e logo em seguida será apresentada suas mudanças recentes. No último capítulo será discutido a problemática que envolve o Conteúdo Local em relação às últimas mudanças vigentes; comentários contra e a favor desta mudança serão apresentados e o final culminará na conclusão se tais mudanças sobre o Conteúdo Local serão positivas ou negativas para dinâmica econômica brasileira.

2 POLÍTICA INDUSTRIAL

A indústria se configura como um setor dinamizador da atividade econômica devido a sua capacidade de promover e articular os mais diversos setores produtivos. Além disso, contribui para o crescimento da economia, a geração de empregos com rendas maiores, condições de maior capacitação profissional e principalmente demanda e fornece mão-de-obra qualificada ao mercado. Neste sentido, o desenvolvimento

econômico não pode ser apenas o crescimento acelerado do PIB, mas o crescimento deve acontecer de modo articulado capaz de promover uma mudança estrutural significativa na atividade econômica (KUPFER, 2004). Sendo assim, a política industrial se refere à um conjunto de instrumentos e instituições organizadas via ação estatal que concebe ao país estratégias de desenvolvimento industrial e potencializa o desenvolvimento tecnológico.

Entre este ferramental encontram-se incentivos fiscais e financiamento, investimentos públicos em áreas de infraestrutura, realização de atividades de pesquisas, possíveis intervenções diretas do Estado nas atividades produtivas, política de conteúdo local, entre outras. Normalmente em tais políticas se constitui em ações que complementam a atividade industrial de determinado país (como políticas de substituição de importações) ou complementar o estágio de desenvolvimento industrial vigente no país (políticas voltadas para complementares atividades de desenvolvimento tecnológico e aplicadas ao comércio exterior) (DIEESE, 2005).

A política de conteúdo local se apresenta como um ferramental importante para a proteção e o estímulo ao desenvolvimento industrial de determinado setor considerado estratégico. Estes impactos tendem a se refletir na produtividade do trabalho, na incorporação e desenvolvimento tecnológico e no faturamento dos setores associados a tal política. Além disso, tal estratégia de proteção está vinculada a indústria que fornecem bens intermediários ou indústria de bens de capital, capaz de aumentar o dinamismo industrial (LIMA, 2016). Tal política é utilizada no setor petrolífero (na contração de componentes produzidos pelas empresas nacionais nas plataformas), no setor automotivo (o programa Inovar Auto aumentou a participação de componentes nacionais necessários para produção dos veículos nacionais) entre outros setores.

A temática nem sempre se apresenta como solução para o desenvolvimento industrial, na qual tal estratégia nem sempre tende a beneficiar um determinado setor. Além disso, as firmas utilizam em grande medida a discussão sobre custo marginal, dado a dificuldade de concorrência com os fornecedores internacionais, e tende a aumentar os custos do produtor local, que onera o produtor e reduz a capacidade de competição no mercado internacional (LIMA, 2016). Entretanto tal política é amplamente utilizada no cenário internacional no setor petrolífero (Angola, Indonésia, Cazaquistão, Malásia, Noruega, entre outros). Na Angola se utilizou tal política para melhorar o desempenho da indústria nacional aplicada ao setor de extração mineral. Na Noruega (um país europeu) que ao descobrir grandes jazidas de petróleo no mar do Norte, iniciou esforços

para que a exploração ocorresse dentro do próprio país. Sendo assim, um caso de adoção de política de conteúdo local de sucesso.

Aliada à temática se verifica uma adoção de agente fiscalizador e regulador de determinada atividade industrial pelo Estado. Sendo assim, criam-se as agências reguladoras no Brasil, que basicamente deixaram de atuar diretamente na atividade desenvolver a atividade econômica e se torna responsável em determinar as regras de atuação das empresas neste setor. Neste sentido, o objetivo típico destas agências de Estado é promover o bem-estar social e reduzir os efeitos anticompetitivos nestas atividades de infraestrutura (JUNIOR, 2008). Além disso, nota-se que a criação destas agências no Brasil iniciou-se no final da década de 1990, como a retirada de monopólios naturais da economia brasileira (no setor de telecomunicações, do petróleo e o setor de energia elétrica).

2.1 A lei do petróleo

Em 06 de agosto de 1997 foi sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso a “Lei do Petróleo” que estabelece as seguintes atividades monopólio da União: pesquisa a respeito de jazidas de petróleo e gás natural, refinação de petróleo nacional ou estrangeiro, entre outras (BRASIL, 1997). A conhecida Lei do Petróleo (Lei nº 9.478) foi promulgada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em contraposição à Lei nº 2004 datada em 03 de outubro de 1953, extinguindo o monopólio do petróleo por parte do Estado nas atividades de exploração, refino, produção e transporte e permitindo que outras empresas além da Petrobrás – que possuíam sede no Brasil e estivessem regulamentadas sob o regime de leis brasileiras – passassem a atuar em todas as etapas da cadeia petrolífera, seja por concessão e/ou licitação. Como consequência desta “nova” Lei do Petróleo, a estatal Petrobras perde seu monopólio relacionado à exploração e produção de petróleo e gás natural no Brasil.

Na prática a “nova” Lei do Petróleo instaurou o racional aproveitamento das fontes de petróleo e gás natural encontrados em território brasileiro. Empresas do ramo do petróleo agora estariam autorizadas a participar das atividades, o que, para o governo, simbolizaria a ampliação do mercado de trabalho nesse setor, pois estariam participando de toda cadeia produtiva do “poço ao posto”. Além de promoverem um

estímulo a indústrias fornecedoras de equipamentos relacionados à cadeia produtiva do petróleo e gás natural, de acordo com os argumentos do governo.

Além disso, houve a extinção do Departamento Nacional de Combustíveis (DNC) e a criação da Agência Nacional do Petróleo (ANP) (BRASIL, 2005). A ANP foi criada a partir da Lei 9.478 de 6 de agosto de 1997 (BRASIL, 1997) sendo encarregada da regulação e fiscalização das atividades econômicas relacionadas ao petróleo, na forma de uma autarquia. A regulação da economia brasileira visa garantir o bem-estar dos consumidores e também dos setores a serem regulados por meio da garantia de boas condições (preço e qualidade) dos serviços prestados pelas agências, além de viabilizarem investimentos do setor privado.

Em termos de fiscalização, a ANP faz parcerias com órgãos públicos e suas ações são efetivadas graças a programas de monitoramento de qualidade e também por meio de denúncias recebidas por consumidores, órgãos e agentes públicos, destacando a importância de toda população – não somente dos agentes – para eficiência da Agência (BRASIL, 1997).

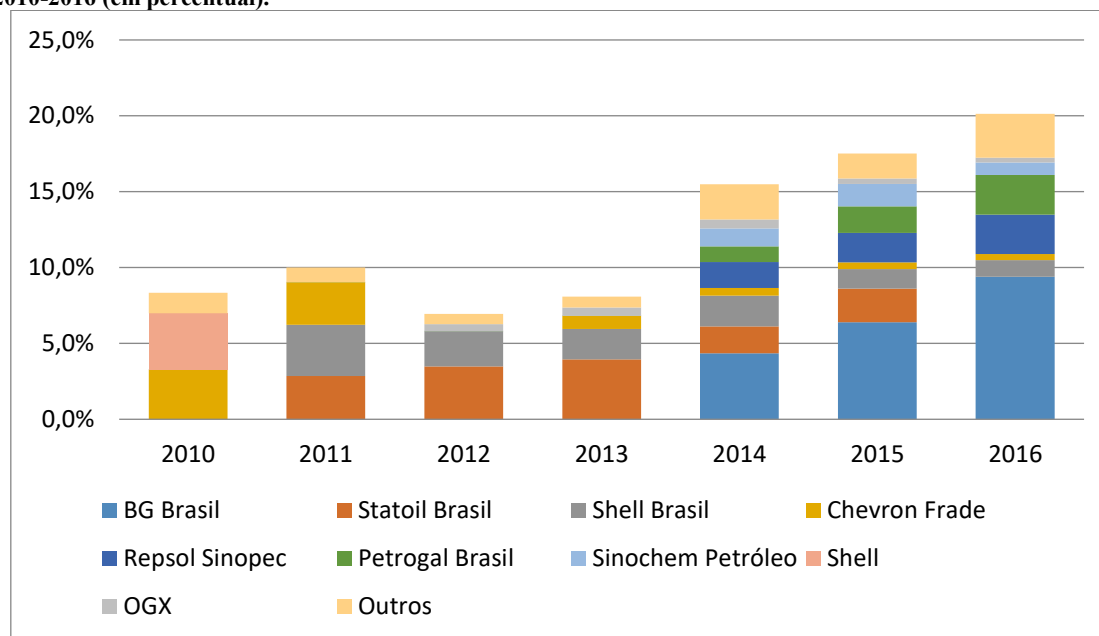
A ANP tem papel protagonista na realização de leilões e concessão dos blocos para a exploração de petróleo e gás natural (que serão explicados adiante), fornecendo dados técnicos sobre as bacias sedimentares por meio de estudos, e também informações sobre as áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural (BRASIL, 1997). Em relação aos leilões realizados pela ANP no período de 1999 a 2013 foram levados a cabo um total de quatorze leilões voltados à concessão para exploração no mercado de petróleo e gás natural.

2.2 Abertura do setor e manutenção do protagonismo da Petrobras

É importante destacar que antes de ocorrer a primeira rodada dos leilões de concessão, foi realizada a Rodada Zero, que concedia à Petrobras os campos já operantes desde 1998. Aos blocos em que ela já houvera começado suas atividades e/ou realizado investimentos de exploração foram permitidos a continuação de suas atividades por um determinado período (RIBEIRO, 2009).

Com o passar dos anos desde a abertura do setor, em 1990, observou-se um aumento de empresas no setor de petróleo e gás natural, conforme indicado na Tabela 1.

Gráfico 1 Evolução em percentual das empresas que atuam na produção e exploração de petróleo no Brasil de 2010-2016 (em percentual).



Fonte: Elaboração própria com base no Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural – dezembro 2010-2016 - SDP

Com base na Tabela 1 e no Gráfico 1, observa-se um aumento considerável de novas concessionárias com o passar dos anos. Apesar disso, nota-se que, mesmo com a abertura do setor, a Petrobras continua sendo – em todos os anos – a maior concessionária operante, com uma participação de aproximadamente 80% na produção, de acordo com o Gráfico 1. Diante disso, ressalta-se aqui que a Petrobras, mesmo após a quebra do monopólio, continuou soberana no mercado brasileira, além de principal vetor do setor petrolífero nacional.

Ainda na verifica-se que com os leilões realizados pela ANP a partir de 1999 a participação de outras empresas na extração e produção de petróleo aumentou. Como é possível observar o percentual de ocupado pela Petrobras em 2010 era de cerca de 100% do total explorado. Já no ano de 2016 estes percentuais caíram para 80% do volume total de petróleo explorado no Brasil. Apesar da queda na participação ao longo dos anos, a Petrobras continua sendo a grande protagonista do setor petrolífero brasileiro. A Tabela 2 mostra o plano de negócios da Petrobras e seus investimentos por áreas.

Tabela 1 - Volume de petróleo produzido pelas concessionárias em território brasileiro 2010 até 2016 (em barris por dia).

Concessionária	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016	
	Produção	(%)	Produção	(%)	Produção	(%)	Produção	(%)	Produção	(%)	Produção	(%)	Produção	(%)
Petrobras	1.998.444	91,7 %	1.992.308	90,0 %	1.958.658	93,1 %	1.938.738	91,9 %	2.110.209	84,5 %	2.088.618	82,5 %	2.180.057	79,9 %
BG Brasil	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	108.654	4,4%	162.022	6,4%	256.188	9,4%
Statoil Brasil	0	0,0%	62.996	2,8%	73.549	3,5%	83.310	3,9%	44.144	1,8%	55.962	2,2%	0	0,0%
Shell Brasil	0	0,0%	74.752	3,4%	48.499	2,3%	42.274	2,0%	50.553	2,0%	32.437	1,3%	29.883	1,1%
Chevron Frade	71.448	3,3%	62.300	2,8%	0	0,0%	18.132	0,9%	13.014	0,5%	11.217	0,4%	11.341	0,4%
Repsol Sinopec	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	42.520	1,7%	49.556	2,0%	70.954	2,6%
Petrogal Brasil	40	0,0%	178	0,0%	234	0,0%	219	0,0%	25.911	1,0%	44.387	1,8%	71.279	2,6%
Sinochem Petróleo	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	29.429	1,2%	37.308	1,5%	22.535	0,8%
Shell	80.687	3,7%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
OGX	0	0,0%	0	0,0%	9.819	0,5%	11.310	0,5%	14.881	0,6%	8.989	0,4%	8.239	0,3%
Outros	29.452	1,4%	21.392	1,0%	13.963	0,7%	15.297	0,7%	57.918	2,3%	41.870	1,7%	79.363	2,9%

Fonte: Elaboração própria com base no Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural – dezembro 2010-2016 – SDP.

Tabela 2 - Planos de negócios da Petrobras: previsão de investimentos por áreas em bilhões de dólares para os próximos anos (2007 até 2016).

Investimentos	2007-2011	2009-2013	2010-2014	2011-2015	2012-2016
Exploração e Produção*	49,3	104,6	118,8	127,5	141,8
Abastecimento	23	43,4	73,6	70,6	65,5
Gás e Energia	7,5	11,8	17,8	13,2	13,8
Petroquímica	3,3	5,6	5,1	3,8	5,0
Distribuição	2,2	3,0	2,4	3,1	3,6
Biocombustível		2,8	3,5	4,1	3,8
Corporativo	1,8	3,2	2,9	2,4	3,0
Demais áreas					
Total	87,1	174,4	224	224,7	236,5

Fonte: Petrobras (vários anos).

*Inclui investimentos da Petrobras no exterior.

Nota-se um aumento significativo no investimento realizado pela Petrobras nas suas áreas de atuação, mais especificadamente na área relacionada à Exploração e Produção. Um dos frutos dos últimos investimentos nesta área fora a descoberta do pré-sal. O pré-sal inaugurou uma nova etapa de desafios para o setor de petróleo e gás natural, com projeções que ultrapassam em muito a produção e exploração no setor já vigente.

2.3 Pré-sal: potencialidades

Formadas há aproximadamente cem milhões de anos e descobertas em 2007, as reservas do pré-sal brasileiro estão entre as maiores e mais profundas reservas encontradas de petróleo no planeta, com um volume estimado em cinquenta bilhões de barris, representando um grande salto na produção e extração de petróleo no país. Apesar da visão otimista das projeções, é preciso um grande esforço em tecnologia porque as reservas se encontram em níveis jamais explorados, sendo preciso grandes pesquisas e projetos que viabilizem a produção e extração.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a produção brasileira nos campos do pré-sal – dado o seu grande volume – cria grandes oportunidades para a ampliação da Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), que capacitará o ensino e a especialização para atender sua

demanda e desafios². Além disso, a renda advinda do petróleo do pré-sal poderá assumir uma representatividade considerável para a economia do Brasil.

Tabela 3 - Reservas provadas³ nacionais de petróleo mundial no ano de 2007 em bilhões de barris de petróleo (com pré-sal).

1	Arábia Saudita	264,3
2	Canadá (incluindo areias betuminosas)	178,6
3	Irã	136,2
4	Iraque	112,5
5	Kuwait	101,5
6	Emirados Árabes Unidos	97,8
7	Rússia	79
8	Venezuela	78,3
9	Brasil (com pré-sal)	62,4
10	Líbia	45
11	Nigéria	38,5
12	Cazaquistão	30
13	Qatar	27,1
14	Estados Unidos	21
15	China	19,6
16	Argélia	14,8
17	México	13,7
18	Brasil (sem pré-sal)	12,4
19	Angola	9
20	Azerbaijão	7
21	Noruega	6,9

Fonte: CIA (<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2178rank.html>). ANP

A Tabela 3 mostra a situação das reservas de petróleo mundiais com o Brasil incluindo suas reservas de pré-sal. Nota-se um grande aumento das reservas brasileiras comparando a Tabela 4 no ano de 2007, graças à descoberta das reservas de pré-sal.

O volume de investimentos e renda que poderão ser gerados é algo que favorece as indústrias de bens e serviços responsáveis por fornecer tecnologias e capacitação profissional para o setor de petróleo e gás natural⁴. O desafio de se operar em áreas profundas (onde estão localizados os reservatórios do pré-sal) demanda bens e serviços altamente especializados, fazendo com que as empresas fornecedoras se especializem mais e invistam em pesquisa e desenvolvimento. Tal especialização pode ocorrer por

²A profundidade em que se encontra o petróleo e gás no pré-sal faz gerar uma demanda por maquinários e equipamentos ainda mais desenvolvidos tecnologicamente, ampliando o setor de P&D responsável por fornecer maquinários para perfuração dos poços.

³ Entende-se por reservas provadas os reservatórios descobertos e avaliados.

⁴PETROBRAS. (BRASIL). **Pré-sal**. Disponível em <http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/>.

meio de parcerias entre pesquisadores de universidades e também centros de tecnologia. De acordo com a Petrobras, o pré-sal:

(...) induziu a vinda para o Brasil de centros de pesquisa de grandes fornecedores e uma política de conteúdo nacional que privilegie a competitividade, associada às oportunidades de desenvolvimento que serão geradas com a superação dos desafios (...) (PETROBRAS, 2017).

Isso significa que os pontos positivos da descoberta petrolífera estão além da Petrobras, englobando variadas empresas (nacionais e estrangeiras) que se relacionam com o vasto setor de petróleo e gás natural.

De acordo com a Pré-sal Petróleo S. A (PPSA) é alta a produtividade dos poços de pré-sal,

(...) a produção diária de petróleo no pré-sal passou da média de aproximadamente 41 mil barris por dia, em 2010, para o patamar de 1,35 milhão de barris por dia em 2014. Um crescimento de quase 33 vezes. Nesse mesmo mês, a produção de petróleo no pré-sal superou a do pós-sal, que totalizou 1,32 milhão de barris por dia (...) (EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S. A - PPSA, 2017).

Desde sua descoberta em 2007 a média de produção diária do pré-sal cresceu aproximadamente doze vezes, progredindo de uma média de quarenta e dois mil barris/dia nos anos seguintes à sua descoberta, para 492 mil barris/ dia em 2014, concretizando seu potencial de exploração (COMBATA, 2015).

Tabela 4 - Estimativo de produção de petróleo no Brasil (EPE 2011).

	2011	2016	2020
RD fora do pré-sal	2,022	2,774	2,387
RD pré-sal	0,303	1,283	3,080
RND fora pré-sal	0	0,201	0,215
RND pré-sal	0	0,023	0,074
TOTAL	2,325	4,280	5,756

RD = reservas descobertas ate 2011; RND = reservas não descobertas.

Fonte: MARTINS, Wesley Vaz. FUSER, Igor. Conteúdo Local: a aplicabilidade e os desafios na camada do Pré-sal.

A Tabela 4 apresenta dados sobre as estimava sobre as reservas do petróleo na camada de pré-sal. Por meio dela nota-se um aumento considerável nas reservas

descobertas do pré-sal (RD pré-sal) para o ano de 2020, graças ao esforço das empresas ligadas diretamente ao setor (principalmente Petrobras) em perfurar e explorar os poços do pré-sal, aumento sua produção.

Atualmente o pré-sal é responsável por aproximadamente 50% da produção de petróleo no país, em junho deste ano a produção registrada de petróleo no pré-sal superou a registrada no pós-sal: 2,675 milhões de barris por dia em comparação a 1,321 barris por dia (BRASIL, 2017).

3 A POLÍTICA DE CONTEÚDO LOCAL: MOTIVAÇÕES E CARACTERÍSTICAS

Inicialmente a discussão sobre Conteúdo Local ocorrera em 1999 em um seminário sobre incentivos e políticas voltados à indústria nacional; o objetivo do seminário era debater possíveis políticas de capacitação da indústria brasileira, para que o Brasil participasse mais do benefício das atividades que o setor de petróleo e gás natural poderia trazer. Chegara-se à conclusão no seminário que era necessário a adoção de políticas de incentivo para a indústria nacional para que ela pudesse se igualar aos preços oferecidos pelo mercado internacional (que já possuía indústrias consolidadas no setor).

Por meio desta conclusão fora criado – com o incentivo da ANP – em 1999 a Organização Nacional da Indústria do Petróleo (ONIP), com a função de contribuir para a competitividade da indústria petrolífera brasileira, para que o Conteúdo Local fosse expandido ao máximo, gerando renda e emprego no setor de petróleo e gás natural brasileiro (BRASIL, 2015).

A política de Conteúdo Local faz parte, desde então, de iniciativa do governo federal para aumentar a participação da indústria nacional no que diz respeito ao atendimento à demanda por fornecimento de bens e serviços, tendo como consequência a geração de renda e emprego. O governo brasileiro implantou a política de Conteúdo Local para incentivar o desenvolvimento da indústria para-petroleira e petroleira por meio dos leilões e rodadas concedidos pela ANP, onde ficaria reservada a atuação das indústrias nacionais. Podendo então se desenvolver e adaptarem aos requisitos das empresas (nacionais e estrangeiras) vencedoras dos blocos.

A tabela abaixo mostra como as rodadas ocorriam, assim como também a evolução do Conteúdo Local ao longo dos anos:

Tabela 5: RESULTADO DAS RODADAS DE LICITAÇÕES DE CONCESSÃO DE BLOCOS POR RODADA– 1999-2015

RODADAS DE LICITAÇÕES	R1	R2	R3	R4	R5	R6	R7	R9	R10	R11	R12	R13
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2007	2008	2013	2013	2015
Bacias sedimentares	8	9	12	18	9	12	14	9	7	11	7	10
Blocos ofertados	27	23	53	54	908	913	1134	271	130	289	240	266
Empresas vencedoras	11	16	22	14	6	19	30	36	17	30	12	17
Empresas vencedoras nacionais	1	4	4	4	2	7	14	20	12	12	8	11
Empresas vencedoras estrangeiras	10	12	18	10	4	12	16	16	5	18	4	6
Conteúdo Local médio – etapa de exploração (%)	25,00	42,00	28,00	39,00	78,80	85,70	74,00	68,90	79,00	61,50	72,60	73,1%

FONTE: ANP/SPL, conforme a Lei nº 9.478/1997.

De acordo com o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP):

(...) o conceito de Conteúdo Local nada mais é do que a proporção dos investimentos nacionais aplicados em um determinado bem ou serviço, correspondendo à parcela de participação da indústria nacional na produção desse bem ou serviço (PROMINP, 2017).

Assim, a política de Conteúdo Local é voltada para o suprimento de serviços e bens demandados em projetos de produção, exploração, refino e transporte de petróleo e gás natural. Além disso, uma das facetas da política petrolífera brasileira seria os incentivos às pesquisas em tecnologia relacionadas à exploração de petróleo e gás natural, ampliando o conhecimento dos dados acerca das bacias sedimentares. No âmbito mundial, o setor de petróleo e gás natural usa o Conteúdo Local como incentivo ao desenvolvimento da economia e das indústrias nacionais voltadas à exploração e produção.

Para fortalecer a economia brasileira, a política de Conteúdo Local precisou atuar em diferentes áreas para que as atividades desenvolvidas pelas indústrias petrolíferas fossem supridas por esta política. Era necessário que houvesse qualificação da mão-de-obra nacional, fortalecimento das atividades em P&D (em centros de estudo e pesquisa aplicada brasileira) e também incentivo aos setores que podem vir a se tornar

competidores internacionais de manufaturas. Os fornecedores brasileiros são contratados pelas empresas ganhadoras dos leilões se estiverem aptos tecnologicamente para ofertar serviços e bens equivalentes em qualidade e preço compatíveis aos demais fornecedores internacionais. A capacitação destes pode vir a impulsionar à economia brasileira, caso contrário, as empresas nacionais fornecedoras podem se tornar não competitivas, com pouco incentivo ao desenvolvimento e ao aprimoramento de suas tecnologias, podendo vir a acarretar prejuízos ao país (BRASIL, 2015).

A demanda altamente específica em tecnologia do setor garante o investimento constante em pesquisa e desenvolvimento por parte dos fornecedores (nacionais e estrangeiros), permitindo às empresas nacionais (aptas tecnologicamente) acompanharem às inovações, descobertas e incrementos da área. A 5 mostra o resultado das licitações e concessões realizadas pela ANP no período 1999 – 2015 com a aplicação da política de Conteúdo Local⁵. O Conteúdo Local médio se elevou significativamente. Observa-se então uma significativa elevação da política de Conteúdo Local médio ao longo do período analisado fruto das políticas de incentivo do governo do período, como será mostrado adiante.

Para que as exigências do Conteúdo Local sejam cumpridas, cabe à ANP o papel de atuar como fiscalizadora das atividades desenvolvidas pelas empresas detentoras do direito às bacias de petróleo e gás natural. Com vistas a alcançar tal objetivo, a agência atua trimestralmente na fiscalização da exploração na fase de conclusão, e quando se encerra o contrato de concessão ou até mesmo quando o bloco de exploração e produção de petróleo e gás natural é concluído (BRASIL, 2017).

Além da discussão de Conteúdo Local que envolvera a ANP nos inícios dos leilões, a agência introduzira também cláusulas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação que basicamente orientavam as empresas prestigiadas nos leilões a investirem em centros de pesquisas brasileiros ou que construíssem centros de estudo no país. Ao fazer isto, a ANP garantiu estímulo ao desenvolvimento de pesquisas e capacitação de novas tecnologias de exploração, produção, refino e transporte (BRASIL, 2017). Os recursos gerados são destinados à qualificação e capacitação de profissionais para o setor.

A Petrobras pode ser citada como uma peça importante na política de Conteúdo Local. Sua demanda por materiais, pesquisa e tecnologia é grande quando comparada às demais empresas no setor de petróleo e gás natural. Ao introduzir a política de

⁵Na Rodada Zero, não fora exigido Conteúdo Local mínimo.

Conteúdo Local, os centros de pesquisa brasileiros receberam incentivos por parte do governo em núcleos de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias que atendessem às exigências da Petrobras (ROCHA, 2017).

3.1 Política de Conteúdo Local e a importância os Fornecedores

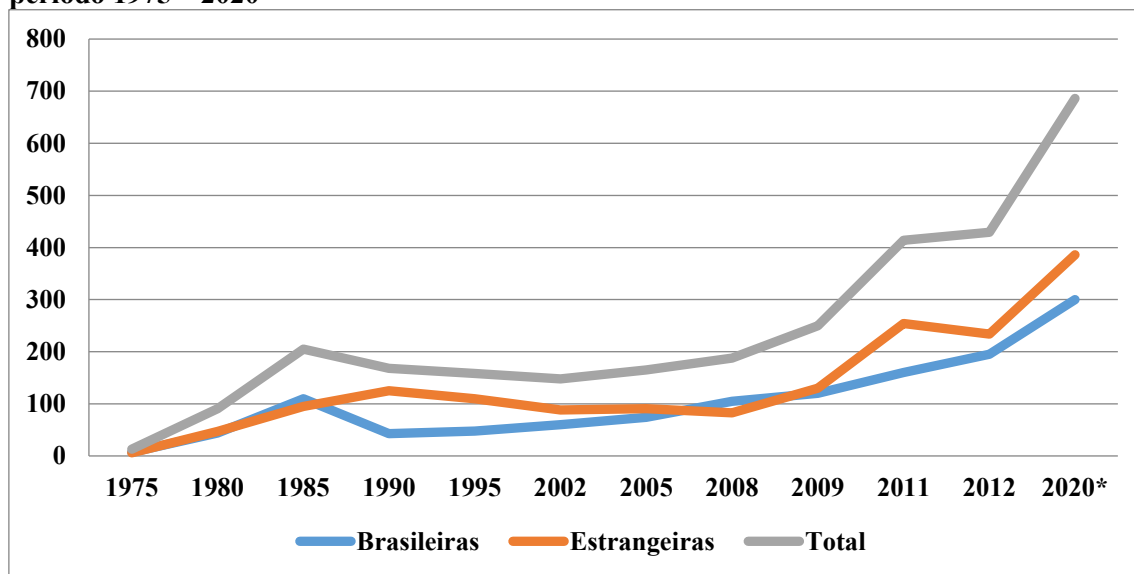
Na primeira rodada de licitação, para a concessão de direitos exploratórios sobre o petróleo e gás natural brasileiro, o Conteúdo Local fora implantado como pontuação a fim de servir de critério para empresas vencedoras. Nos anos seguintes o cenário e os critérios a respeito da política de Conteúdo Local sofreram significativas alterações. Pois durante estes anos o Governo Lula, além de defender uma ampliação do Conteúdo Local também priorizava que a construção de plataformas de petróleo ocorresse dentro do país.

Foi no governo Lula (2003 a 2010) que se firmou a relação entre aumento da exploração de petróleo e a indústria naval brasileira. Assim, nesse governo houve um direcionamento das encomendas de plataformas e navios da Petrobras ao mercado doméstico. A sustentação de tal crescimento se deu por meio de uma série de programas e políticas do governo voltadas à capacitação da indústria brasileira (SOUZA, 2012).

A retomada de investimento neste setor foi feita com base na necessidade de renovação e modernização da frota brasileira (SILVEIRA, 2013). O foco principal da política do governo Lula para a indústria petrolífera foi dar primazia às indústrias brasileiras nas contratações e compras destinadas à exploração, desenvolvimento e produção dos campos petrolíferos brasileiros. Os anos subsequentes do governo Lula foram acompanhados pelo crescimento na produção de petróleo em alto mar em conjunto com os programas governamentais (que priorizavam a indústria local), atrelando a indústria naval à exploração de petróleo. Como consequência, nos últimos anos, houve um crescimento na quantidade de navios brasileiros em operação.

O Gráfico 2 ilustra a evolução da frota de apoio marítimo no setor petrolífero, fazendo uma projeção nos anos subsequentes até o ano 2020. No intervalo 2002 até 2012 observa-se o grande crescimento da frota marítima nacional, explicitando o que fora dito acima a respeito das políticas de incentivo por parte do governo e também a preocupação do então presidente na construção de plataformas e navios em território nacional, promovendo a revitalização da indústria naval brasileira.

Gráfico 2—Projeção e evolução da frota de apoio marítimo à produção petrolífera no período 1975 – 2020

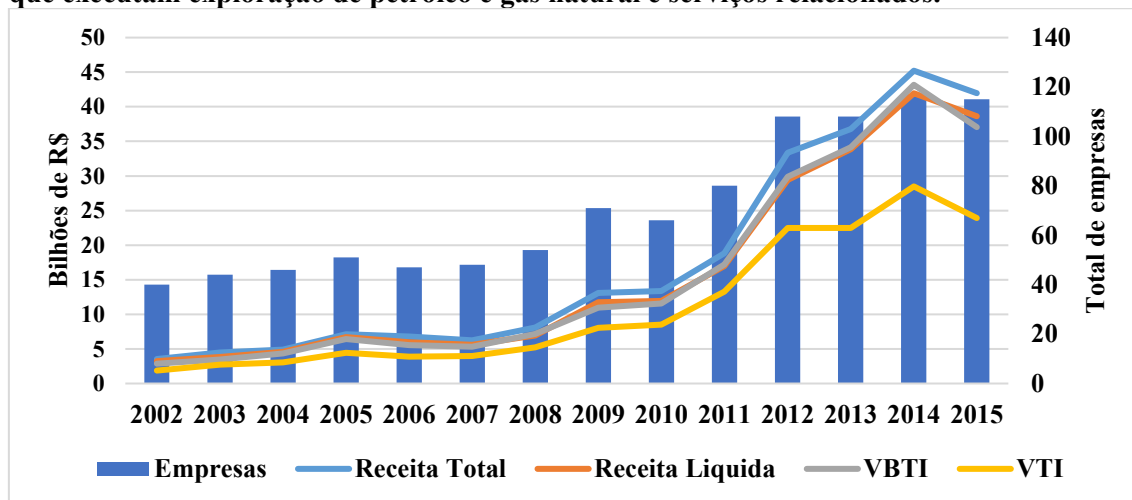


Fonte: ABEAM (2012).

Com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2006, o governo brasileiro incrementou o investimento em infraestrutura, em especial voltado à produção petrolífera em conjunto com os segmentos relacionados a ela voltados à edificação de plataformas e navios. Segundo o Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (SINAVAL) em 2012, 70% das plataformas encomendadas pela Petrobras estavam sendo construídas inteiramente no Brasil (SINAVAL, 2012).

Ao se tratar do setor naval, as principais políticas do governo Lula foram o Programa de Modernização e Expansão da Frota (PROMEF) que incorporou as ações e políticas do PAC com eixo a política de Conteúdo Local em função de impulsionar a indústria naval brasileira e a política de compras da Petrobras voltada à construção de plataformas. Como resultado desta política a primeira plataforma semissubmersível totalmente construída no país fora a P-51 que contou com mais de 75% de Conteúdo Local. Produzindo petróleo e gás natural na Bacia de Campos em águas profundas. Em virtude da política de compras voltada à construção de plataformas em 2009 os estaleiros brasileiros foram responsáveis pela construção de vinte e uma plataformas de produção e trinta sondas de perfuração (PLANALTO, 2012).

Gráfico 3 - Evolução das Receitas, Total de Empresas, Valor Bruto e Valor da Transformação Industrial (VBTI e VTI) em valores reais (2015 = 100) de 2002 até 2015 que executam exploração de petróleo e gás natural e serviços relacionados.



Fonte: PIA (IBGE); Elaboração própria.

Nota: deflacionado pelo Índice Geral de Preços, DI (IGP-DI).

Como verificado no Gráfico 3 apresenta um aumento significativo na quantidade de empresas que executam exploração de petróleo e gás natural e serviços relacionados. Demonstrando o impacto que o setor sofreu com o processo de abertura a iniciativa privada a exploração, produção, transporte, refino e comercialização do setor. Além disso, também se verifica que o volume das receitas também aumentou significativamente durante o período de análise, um aumento de quase 800% no período. A queda no gráfico a partir de 2014 se justifica pela implantação da investigação Lava-Jato, que foi responsável por desvendar irregularidades ocorridas no setor, em especial à Petrobras. O impacto negativo da investigação se refletiu na economia de todo país, justificando a queda no gráfico acima.

Em relação ao governo Dilma (2011 a 2016) não foi modificada a política de Conteúdo Local, com implantação de novas medidas de estímulo às atividades de produção em conjunto com a exploração de petróleo e gás natural.

4 A REVISÃO NA POLÍTICA DE CONTEÚDO LOCAL

Em janeiro de 2017 o governo brasileiro definiu as novas regras de Conteúdo Local para o setor de petróleo e gás natural, reduzindo, em média 50%, os percentuais de serviços e equipamentos que são produzidos no Brasil e exigidos em leilões e licitações de exploração do setor petrolífero. A modificação na política valerá para os leilões da ANP previstos para 14ª rodada e para 3ª rodada do pré-sal.

De acordo com a decisão do governo, a redução do Conteúdo Local fomentará a criação de bases para um fundo voltado à capacitação da indústria nacional de modo a melhorar a competição entre as demais indústrias no setor, no que tange ao fornecimento às petroleiras. Segundo o ministro de Minas e Energia, Fernando Bezerra Coelho, um baixo percentual de Conteúdo Local é melhor e mais facilmente alcançável em comparação com os altos níveis anteriores que, por sua vez, dificultavam a obtenção por parte das empresas nacionais.

Segundo Coelho Filho “O governo entendeu que melhor que a disputa judicial é um percentual de Conteúdo Local mais realista, que se transforme na ponta em empregos e oportunidade de geração de renda para a população brasileira” (FARIELLO, 2017). De acordo com o atual presidente da Petrobras, Pedro Parente, o alto nível de exigência para a política de Conteúdo Local não estimula a inovação entre as empresas, graças ao seu caráter protecionista (ANNE WARTH, 2016).

Apesar de possuir em seus pilares o estímulo à inovação das empresas nacionais frente às demais empresas do setor de petróleo e gás natural, de acordo com o presidente tal objetivo não era alçado quando as empresas nacionais não conseguiam atingir as exigências de Conteúdo Local ao se mostrarem não aptas.

4.1 Argumentos dos Críticos da Revisão na Política de Conteúdo Local

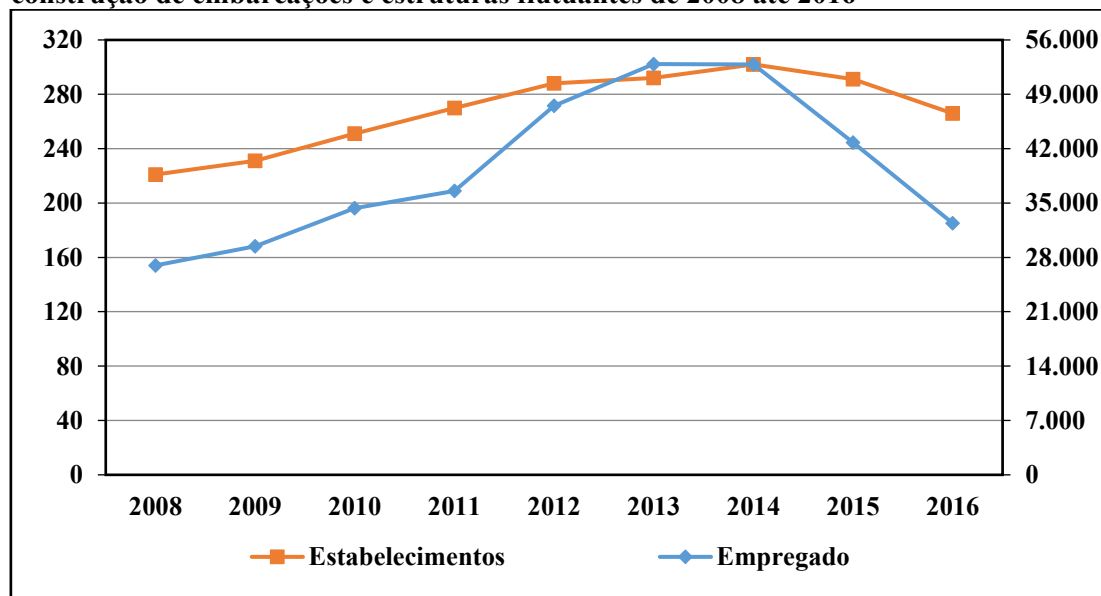
Em conformidade com vice-presidente e diretor do Departamento de Competitividade e Tecnologia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), José Ricardo Roriz Coelho o atual cenário da economia brasileira frente à potencialidade do pré-sal não é favorável para promover uma diminuição do Conteúdo Local. Os impactos sobre a geração e capacitação dos empregos também serão visíveis, de acordo com o Vice-Presidente da FIESP.

(...) de uma hora para outra, para satisfazer meia dúzia de petroleiras, a Petrobras incluída, em detrimento de milhares de outras que participam da cadeia produtiva, o governo mudou a política sob o pretexto de que não haverá investimento no Brasil se não tiver uma política que restrinja a produção doméstica. Não concordo. “(JOSÉ RICARDO – Vice-Presidente e Diretor do Departamento de Competitividade e Tecnologia, FIESP)”.

O Gráfico 4 ilustra a evolução na quantidade de estabelecimentos e funcionários responsáveis pela construção de embarcações e estruturas flutuantes. Ao se analisar a trajetória dos indicadores “estabelecimentos” e “empregados” observa-se que ambos apresentaram uma trajetória crescente até o ano de 2014. Fruto de políticas governamentais de incentivo à construção e a contratação no setor de petróleo e gás natural. Dentre estas políticas destaca-se o objeto de estudo deste artigo: a política de conteúdo local; principal responsável por impactar os indicadores do apresentado no Gráfico 4. A queda nos indicadores do Gráfico 4 traz de volta a questão da crise econômica que o país enfrenta, em especial, o setor de petróleo, por também ter outros fatores de influência, como a Lava Jato. Que refletem – em conjunto – para a queda observada no gráfico a partir do ano de 2014, além também de o setor ser sensível à mudança de visão do governo nos anos seguintes (transição PT – PMDB).

Aprovada a redução da exigência da política, é esperada uma diminuição ainda maior para os próximos anos no que diz respeito aos estabelecimentos e a mão-de-obra. Tal diminuição traz à tona a questão de que se tal atitude é realmente benéfica para o setor de petróleo e gás natural, assim como também para as empresas atreladas ao setor direta ou indiretamente.

Gráfico 4 - Evolução na quantidade de funcionários e estabelecimentos que atuaram na construção de embarcações e estruturas flutuantes de 2008 até 2016



Fonte: MTE (RAIS/CAGED).

Segundo Alex Santos, secretário da Indústria Naval e Offshore da Fitmetal, as alterações nas exigências da política de Conteúdo Local são prejudiciais para indústria naval no país.

O Conteúdo Local permitiu a retomada da indústria naval que, até dois anos atrás, tinha 85 mil trabalhadores espalhados pelo Brasil e hoje não chega a 30 mil. A Indústria Naval tem um parque industrial bem estabelecido e só precisa de encomendas para poder funcionar. Sem a obrigatoriedade do Conteúdo Local, as empresas vão acabar contratando fora do país (PETRONOTÍCIAS, 2017).

Consoante o jornal O' GLOBO, os novos percentuais de Conteúdo Local serão de 50% em relação às fases de produção e exploração dos campos em terra:

(...) Nos campos em mar, a exigência avança conforme a atuação da petroleira, saindo de 18% na fase de exploração, passando a 25% para a construção de poços (...) e 40% para os sistemas de coletas e escoamento (DRUMMOND, 2017).

Em respostas à mudança no Conteúdo Local, as federações de indústrias e sindicato de trabalhadores planejam uma grande reunião para definir os passos para uma possível mobilização contra mudança. De acordo com o presidente do Conselho de Óleo e Gás da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ), Cesar Prata, não há aceitação das indústrias e sindicatos, pois a redução aponta para o resultado de mais de um milhão de desempregados gerados. (CRAIDE, 2017)

Como dito anteriormente as exigências de Conteúdo Local ajudaram as empresas nacionais a se tornarem aptas a competir com os demais fornecedores do setor. Há também a criação de centros de pesquisas e núcleos de estudos por parte dos fornecedores nacionais em parcerias com as universidades brasileiras com a finalidade de se especializarem ainda mais e se modernizarem em igual sentido para atender os desafios logísticos e estruturais que o setor de petróleo traz. Em face disto, a redução no Conteúdo Local após a relevante descoberta da camada de pré-sal serve de desincentivo para a criação de novos centros de pesquisas nacionais em parceria com fornecedores nacionais.

A avaliação da cúpula do setor energético se baseia em resguardar a indústria nacional, devido à sua inaptidão em enfrentar a concorrência aberta, ou seja, a concorrência internacional. Nesse sentido, os índices de Conteúdo Local deveriam se

manter pelos próximos anos até que a indústria nacional fosse capaz de atuar na produção de produtos e serviços sem ser resguardada pela política de Conteúdo Local.

A demanda das petroleiras acerca dos fornecedores nacionais, uma vez impactada negativamente pela mudança na política de Conteúdo Local, diminuirá. Lucrando menos do que antes e diminuindo a geração de empregos da indústria naval, consequentemente atingindo a geração de renda. Grande parcela do que é produzido pelas indústrias nacionais é menos competitivo em relação aos produtos das demais indústrias, com a redução da política há a possibilidade de o setor de petróleo brasileiro tornar-se exportador de petróleo, mas importador de equipamentos essenciais à produção e exploração deste.

5 CONCLUSÃO

O setor petrolífero é pilar importante para economia brasileira, com peso significativo no PIB e na formação bruta do capital fixo. Com a descoberta do pré-sal tal importância ressalta sua evidência por se tratar de um setor estratégico, tendo em vista a grande massa de investimento que deverão ser realizados nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural. O país pode aproveitar as oportunidades advindas para desenvolver sua indústria para-petroleira, assim a política de Conteúdo Local deve ser aperfeiçoada para permitir o fornecimento competitivo dos fornecedores locais. É importante que tal política se relacione com políticas tecnológicas a fim de fomentar a capacidade de inovação das empresas, eliminando um dos principais gargalos do setor.

A exploração e produção de petróleo e gás natural antes e depois do pré-sal requer uma análise da principal política voltada ao estímulo da indústria nacional fornecedora de bens e produtos para as petroleiras, em especial à Petrobras. A exploração da nova fronteira do petróleo, o pré-sal, representa um grande desafio para o Brasil.

O Brasil não é o maior produtor de petróleo em águas profundas e ultra profunda, mas se classifica como possuidor de promissoras reservas que serão (e estão sendo) capazes de alavancar a economia brasileira, assim como a indústria nacional e o setor de P&D, dando visibilidade ao país frente aos demais produtores de petróleo no mundo. Este artigo se dispôs a analisar a importância da política de Conteúdo Local, fazendo uma análise histórica para melhor compreender os mecanismos governamentais

por detrás da exploração de petróleo e gás natural para o setor petrolífero antes da descoberta do pré-sal e atualmente, com a descoberta, em conjunto com a problematização das mudanças na exigência da política e seus impactos tanto positivos como negativos.

Baseada na importância do Conteúdo Local para as empresas nacionais fornecedoras de bens, serviços e produtos para as petroleiras – em especial a Petrobras – as mudanças em suas exigências poderão ser prejudiciais à economia brasileira e aos segmentos do setor petrolífero. Tal política fortalece as empresas relacionadas ao setor e foram importantes pilares para a recuperação econômica brasileira na década de 2000.

Por mais que os argumentos favoráveis à diminuição justificassem os impactos negativos que as exigências de Conteúdo Local traziam sobre os demais fornecedores, as mudanças nas tais exigências são comprovadamente capazes de causar mais impactos negativos aos fornecedores nacionais do que o inverso caso o Conteúdo Local se mantivesse. Cabe ao Estado fornecer um cenário estável e favorável às indústrias nacionais – como a indústria naval fora favorecida – mas também cabe a ele perdurar tais benefícios para que o setor não seja prejudicado por eventuais mudanças.

6 BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, R. F. D. Políticas de conteúdo local e setor para-petroleiro: uma análise comparativa entre Brasil e Noruega. UFRJ. Rio de Janeiro, p. 150. 2015.
- ANNE WARTH, F. N. Exigência de Conteúdo Local deve mudar. Estadão, 26 Agosto 2016. 3.
- BRASIL. Exposição de Motivos nº 39. Câmara Legislativa Federal, 1995. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1995/emendaconstitucional-9-9-novembro-1995-354957-exposicaodemotivos-148870-pl.html>>. Acesso em: 15 Novembro 2016.
- BRASIL. Lei nº 9.478. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília. 1997.
- BRASIL. Resolução nº 8 de 21 de julho de 2003. Conselho Nacional de Política Energética. Brasília. 2003.
- BRASIL. Lei nº 11.097. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília. 2005.
- BRASIL. Lei nº 12.351. Brasília. 2010.
- BRASIL. LEI Nº 12.276. Brasília. 2010.
- BRASIL. ONIP. Quem Somos, 2015. Disponível em: <<http://www1.onip.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 26 Outubro 2016.
- BRASIL. Petróleo e Estado - O papel do Estado na regulação do mercado. Rio de Janeiro: AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, 2015.
- BRASIL. Lei nº 13.365. Brasília. 2016.
- BRASIL. Clausula de Conteúdo Local. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Brasília. 2017.

- BRASIL. Petróleo e Estado - O papel do Estado na regulação do mercado. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Brasília. 2017.
- BRASIL ENGENHARIA. Brasil Engenharia - Petrobras e parceiros iniciam construção da primeira plataforma replicante no Brasil. Brasil Engenharia, 2010. Disponível em: <<http://www.brasilengenharia.com/portal/noticias/destaque/3128-petrobras-e-parceiros-iniciam-construcao-da-primeira-plataforma-replicante-no-brasil>>. Acesso em: Setembro 2017.
- BRASIL, C. I. D. Produção de petróleo do pré-sal supera pela primeira vez a do pós-sal, diz ANP. Agência Brasil, Rio de Janeiro, Julho 2017.
- COMBATA, M. Você sabe como funciona o pré-sal? Carta Capital, p. <https://www.cartacapital.com.br/especiais/infraestrutura/voce-sabe-como-funciona-o-pre-sal-8856.html>, 2015.
- COMBATA, M. Você sabe como funciona o Pré-sal? Carta Capital Infraestrutura, 08 Outubro 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/especiais/infraestrutura/voce-sabe-como-funciona-o-pre-sal-8856.html>>. Acesso em: Agosto 2017.
- CRAIDE, P. V. C. E. S. Indústria critica novos índices de conteúdo local para o setor de petróleo e gás. Agência Brasil, Brasília, Fevereiro 2017.
- DRUMMOND, C. Mudar a política de conteúdo local é um erro, diz dirigente da Fiesp. Carta Capital, 2017.
- EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. – PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. Pré-sal Petróleo. Pré-sal Petróleo, 2017. Disponível em: <<http://www.presalpetroleo.gov.br/ppsa/o-pre-sal/caracteristicas>>. Acesso em: Agosto 2017.
- FARIELLO, E. B. / D. Governo altera regras de conteúdo local para setor de petróleo. OGLOBO, 22 Fevereiro 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/governo-altera-regras-de-conteudo-local-para-setor-de-petroleo-20965851>>. Acesso em: Agosto 2017.
- FERNANDA, C. Deno Oceania. www.ufrrj.com.br, 2013. Disponível em: <http://www.deno.oceanica.ufrrj.br/deno/prod_academic/relatorios/2013/Carolina_Fernanda/relat1/Relatorio_ORSV_CORR.htm>. Acesso em: Agosto 2017.
- GOVERNO DO BRASIL. Dilma aprova medidas de estímulo à indústria de petróleo. Governo do Brasil. Brasília. 2016.
- JORNAL DO BRASIL. Jornal do Brasil. Terra, 25 Outubro 2011. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/economia/noticias/2010/06/11/entenda-o-marco-regulatorio-do-pre-sal/>>. Acesso em: Agosto 2017.
- O GLOBO ONLINE. Petrobras: Campo de Tupi, na Bacia de Santos, é a maior reserva de petróleo e gás do Brasil. OGLOBO, 08 Novembro 2007. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/petrobras-campo-de-tupi-na-bacia-de-santos-a-maior-reserva-de-petroleo-gas-do-brasil-4142755>>. Acesso em: Agosto 2017.
- PETROBRAS. Petrobras. Petrobras, 2010. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/marco-regulatorio/>>. Acesso em: Agosto 2017.
- PETROBRAS. Nossas Atividades. Petrobras, 2017. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/>>. Acesso em: 05 Fevereiro 2017.
- PETROBRAS. Petrobras: Fatos e Dados. Petrobras, 17 Maio 2017. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/iniciamos-producao-da-p-66-no-campo-de-lula-no-pre-sal-da-bacia-de-santos.htm>>. Acesso em: Setembro 2017.

- PETRONOTÍCIAS. MUDANÇAS FEITAS NO CONTEÚDO LOCAL PODEM DESTRUIR INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA. Petronotícias, 11 Abril 2017. Disponível em: <<https://www.petronoticias.com.br/archives/97077>>. Acesso em: Agosto 2017.
- PITA, A. ANP flexibiliza regra de conteúdo local na exploração de petróleo. Estadão, São Paulo, 5 maio 2016.
- PLANALTO. Construção de plataformas aquece indústria naval e gera emprego. Brasília. 2012.
- PORTAL PLANALTO. Saiba o que muda com o novo marco regulatório do pré-sal. Planalto Presidência da República, 10 Novembro 2016. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/11/saiba-o-que-muda-com-o-novo-marco-regulatorio-do-pre-sal>>. Acesso em: Agosto 2017.
- PORTAL VERMELHO. Construção de plataformas aquece indústria naval e gera emprego. Portal Vermelho, p. 4, Setembro 2012.
- PROMINP. Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural, 2017. Disponível em: <http://www.prominp.com.br/prominp/pt_br/conteudo/conteudo-local.htm>. Acesso em: 15 Fevereiro 2017.
- REDE BRASIL ATUAL. Temer reduz índices de conteúdo local em petróleo e gás. Trabalhadores criticam. RBA - Rede Brasil Atual, São Paulo, Fevereiro 2017.
- RIBEIRO, C. G. Compras Governamentais e Aprendizagem Tecnológica: Uma análise da política de Compras da Petrobras para seus empreendimentos offshore. Tese apresentada ao Instituto de Geociências como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Política Científica e Tecnológica na UNICAMP. Campinas: Instituto de Geociências. 2009. p. 306.
- ROCHA, A. SINAVAL. sinaval.org, 07 fev. 2017. Disponível em: <<http://sinaval.org.br/2017/02/a-petrobras-e-o-melhor-exemplo-do-conteudo-local-brasileiro/>>. Acesso em: 28 Junho 2017.
- SILVEIRA, A. G. P. B. D. Conteúdo Local na Indústria Naval Brasileira. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2013.
- SINAVAL. Cenário do 4º trimestre de 2012. Balanço Anual, Dezembro 2012. Acesso em: Setembro 2017.
- SOUZA, J. G. E. Conteúdo local e neoliberalismo neodesenvolvimentista: a indústria da construção naval e a política de compras da Petrobras durante os governos Lula. UNICAMP. Campinas, p. 11. 2012.
- WESLEY VAZ MARTINS, I. F. Conteúdo Local: a aplicabilidade e os desafios na camada do pré-sal. Faculdade do Guarujá. São Paulo, p. 14. 2016.
- ZONA DE RISCO. Zona de Risco: Acidentes, Desastres, Riscos, Ciência e Tecnologia. Zona de Risco, 08 Março 2016. Disponível em: <<https://zonaderisco.blogspot.com.br/2016/03/explosao-do-navio-plataforma-fpso.html>>. Acesso em: Setembro 2017.

Obrigada a todos.